

2015-03-16 20:33:15

<http://justnews.pt/noticias/estudo-revela-que-processo-de-desinstitucionalizacao-de-doentes-mentais-graves-decorre-de-forma-desi>

Estudo revela que processo de desinstitucionalização de doentes mentais graves decorre de forma desigual

A desinstitucionalização de doentes mentais é positiva, mas “o processo atual regista várias discrepâncias e algumas pessoas ficaram numa situação pior”. É desta forma que Filipa Palha, psicóloga e fundadora da associação “Encontrar-se”, descreve a realidade do processo de integração na comunidade de pessoas com doença mental. A especialista baseia-se nos resultados da primeira fase de um estudo sobre “Trajetórias pelos Cuidados de Saúde Mental”.

O estudo foi apresentado na reunião “A Saúde Mental Em Questão”, promovida pela Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM). Filipa Palha referiu à Just News que os primeiros resultados indicam que “o processo de desinstitucionalização de doentes mentais graves decorre de forma desigual”.

E explica porquê: “No estudo, verificou-se que há pessoas que foram, de facto, reintegradas na comunidade e outras que apenas foram intrainstitucionalizadas.” Uma realidade que, no seu entender, poderá levar “à descompensação dos doentes e à necessidade de voltarem a ser internados”.



O estudo qualitativo, que se encontra numa primeira fase, contou com a resposta de seis doentes, oito familiares e dez instituições. Para o coordenador nacional da Saúde Mental, Álvaro Carvalho, este é um dos problemas do relatório. “Cientificamente, é uma amostra muito pequena, tendo em conta que temos um universo que ronda os 440 doentes institucionalizados em residências”, disse à Just News.

O responsável considera que “o processo teve alguns percalços, mas o balanço é positivo.” Para Álvaro Carvalho, “o que correu menos bem foi o atraso na implementação dos cuidados continuados e integrados de Saúde Mental”.

O evento contou ainda com a presença de Pedro Montellano, da Global Alliance of Mental Health Advocacy Networks, que defendeu “uma maior articulação entre os ministérios da Saúde, da Solidariedade e Segurança Social e da Justiça e a sociedade civil.



O estudo foi comentado por Miguel Xavier, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, e por Lurdes Santos, adjunta da direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras. O primeiro reconheceu os problemas existentes e realçou a importância de uma task-force que monitorizasse a implementação do processo de desinstitucionalização, e Lurdes Santos deu o exemplo de uma comunidade australiana, referindo:

“Trabalhei num processo semelhante na Austrália, onde o segredo do sucesso esteve na articulação entre os vários stakeholders, na definição de planos individuais antes da desinstitucionalização e na avaliação contínua de todo o processo.”

